

**ACTA Nº 10/2013/2017 - ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 18 DE ABRIL DE 2016-----**

Aos dezoito oito dias do mês de Abril do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu na Delegação Norte, a Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, em sessão ordinária, presidida pelo seu Presidente, Manuel António da Silva Milhazes, e secretariada por Maria de Fátima Torres Alves e Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro. Verificadas as presenças constatou-se estarem presentes dezanove membros. A lista de presenças constará como anexo nº 1-----

Estiveram presentes à sessão o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e todos os elementos do executivo. -----

Secretariou a sessão a Assistente Técnica, Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as actas das reuniões da Assembleia de Freguesia. -----

**1 – LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS -----**

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

**1º** - Análise e votação da Acta da sessão anterior. -----

**2º**- Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a autarquia. -----

**3º**- Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta, nos termos da alínea o) nº 1 do artº 17 da Lei 5ª/2002, referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2016. -----

**4º**- Discussão e Aprovação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2015 com a recomendação do nº 4 do Artº 17º da Lei 5ª/2002. -----

**5º**- Discussão e Aprovação da Proposta de Recrutamento Excepcional por Procedimento Concursal Comum para Ocupação de cinco postos de trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico, em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e Alteração do Quadro de Pessoal. -----

**6º**- Discussão e Aprovação de novo Contrato de Aluguer Operacional da Impressora. -----

**7º**- Eleição de novo elemento para o Orgão Executivo desta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

**8º**- Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel António da Silva Milhazes, deu início à sessão, dando as boas vindas aos presentes. Questionado o público ninguém se inscreveu para intervir no ponto 8. -----

**1º** - Análise e votação da Acta da sessão anterior. -----

Ninguém quis intervir e o Presidente da Assembleia, Manuel António da Silva Milhazes, colocou em votação, sendo a acta aprovada por maioria, com 4 abstenções. -----

**2º** - Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a Autarquia. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel António da Silva Milhazes deu a palavra aos deputados por ordem de inscrição. -----

Hamilton Manuel Lopes Ribeiro, do PSD, apresentou cumprimentos e disse criticar as declarações do Presidente do Executivo á imprensa, quando afirmou que nunca viu uma freguesia tão atrasada quanto Argivai, e que considerou

essas palavras tristes e enganosas. A sua intervenção constará com anexo 2 e fará parte integrante da acta. -----

Manuel Albino Gonçalves Silva, do PS, cumprimentou os presentes e demonstrou surpresa por saber através da comunicação social do fecho da Escola de Nova Sintra em 2017. Perguntou ao Presidente se tinha conhecimento e qual a sua opinião pessoal do assunto? Disse ainda que embora repetitivo, alerta para os contentores do lixo, que devem ser desinfectados e substituídos em alguns casos e pede para que se encetem diligências a fim de serem reparadas as paragens de autocarros na Rua Sacra Família e na Estrada Nacional 206. A sua intervenção constará com anexo 3 e fará parte integrante da acta. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, cumprimentou os presentes, e apresentou uma ideia visando melhorar alguns problemas com que os habitantes se debatem, sugerindo que a Junta adquirisse um mini autocarro, aquisição que seria patrocinada pela CMPV e empresas da cidade e com sinalética que ajudaria a pagar as despesas de funcionamento. O autocarro teria paragens em locais estratégicos, visando dificuldades de mobilidade e transporte. A sua intervenção constará com anexo 4 e fará parte integrante da acta. -----

Johnhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, apresentou cumprimentos e tendo em conta a preocupação do executivo com a área social, pede uma grande reflexão e correcção dos critérios de atribuição de apoios e citando vários casos reais de subsídios atribuídos diz que cabe aos políticos dar o exemplo e zelar pelos interesses dos utentes. A sua intervenção constará com anexo 5 e fará parte integrante da acta. -----

De seguida apresentou uma moção a ser votada, referente aos estragos ocorridos na cobertura da escola EB 2/3 Dr. Flávio Gonçalves, que ocorreram em 12 de Fevereiro de 2014 e até hoje não foram efectuadas as obras necessárias. A moção constará com anexo 6 e fará parte integrante da acta. ---

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, apresentou cumprimentos e disse que registou com agrado a reparação e pavimentação em Argivai e com desagrado o facto de ter sido muito demorado esse trabalho. Em relação á Praceta dos Moinhos Velhos disse que tinha árvores muito altas e que podiam provocar entupimentos e estragos em telhados ou caleiras e foram cortadas e que também foram retirados eucaliptos, sobre os quais já pediu informações numa reunião publica do executivo e ficou elucidado que foi a Câmara Municipal que efectuou esse trabalho. Diz então que as árvores podiam render dinheiro e agora devem ser feitos com a sua madeira bancos para Argivai, porque as árvores eram de lá, pelo que não tem de ser a madeira usada em bancos do Parque da cidade ou outro local qualquer. Falou ainda sobre o facto de se adjudicarem obras por ajuste directo, o que está dentro da lei, mas segundo a sua opinião devia ser dirigido a várias empresas e não a uma só. Disse que se devem verificar as paragens de autocarro. -----

Joana Viera da Silva, do PS, cumprimentou os presentes e disse que foi aprovado pelo executivo e por ajuste directo o calcetamento da Rua dos Engenhos e Calcetamento da Rua das Violantes, intervenções que considera prioritárias, mas que não constam do Plano Plurianual de investimento do Plano e Orçamento para 2016, e sendo assim, segundo a sua opinião não têm cabimento orçamental, pelo que solicita esclarecimentos ao Presidente do Executivo e que apresente uma Proposta de Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, com estes dois projectos e outros que o executivo pretenda

realizar. A sua intervenção constará como anexo nº 7 e fará parte integrante da acta. -----

O Presidente, Daniel Bernardo, no uso da palavra apresentou cumprimentos e disse que não irá responder sobre as declarações que fez á imprensa e que quanto ao encerramento da Escola de nova Sintra teve conhecimento pela comunicação social e não concorda e vai tentar saber o que se passa. Se por acaso se concretizar o fecho da escola avança com a ideia de se lá colocar um centro de dia. Quanto à limpeza e substituição de contentores e reparação de paragens de autocarros, já foram enviados ofícios à Câmara Municipal na tentativa de resolver esses problemas que não são da competência da União das Freguesias. Falando sobre adquirir um autocarro lembra que não será só o valor do autocarro, mas tudo que isso implica, como a manutenção, motorista, e outros, pelo que não vê grande viabilidade na resolução dessa ideia. Falando sobre a falta de reparação da Escola EB 2/3 Drº Flávio Gonçalves, lembra que não podemos intervir, e que se poderá enviar uma solicitação para agilizar os trabalhos. Na Praceta dos Moinhos Velhos, lembra que já levou os responsáveis a verificar as árvores e que foi informado que não se devem abater essas mesmas árvores que foram então podadas por profissionais competentes para diminuir o seu tamanho. Falou também sobre a obra em curso e que em próxima oportunidade tentará contactar várias empresas para participar no concurso, contudo lembra que nesta obra, todo o processo foi legal e conforme a lei indica. O Presidente da Assembleia, colocou a moção do PS em aceitação e foi aceite por unanimidade. -----

Colocada em votação, foi aceite por unanimidade. -----

**3º-** Ninguém quis intervir, pelo que se passou ao seguinte ponto da Ordem de Trabalhos. -----

**4º-** O Presidente da Assembleia deu a palavra, por ordem de inscrições. -----

Sónia Maria Santos de Araújo, do PSD, dirigiu cumprimentos a todos os presentes e disse na análise ao relatório de actividades e contas de gerência de 2015 considerou 3 critérios, as capacidades para executar o proposto, para interpretar as necessidades da comunidade e para entusiasmar os fregueses e que conclui que apesar da situação ainda limitativa, se realizaram todas as actividades previstas, têm conseguido interpretar as necessidades e executar o plano conforme as mesmas e o entusiasmo dos cidadãos é visível na forte adesão ás actividades. Salienta ainda o saldo transitado para o ano seguinte e afirma que por todos os motivos citados, votarão a favor. A sua intervenção constará com anexo 8 e fará parte integrante da acta. -----

Igor Alberto Brandão C. S. Oliveira, apresentou cumprimentos e disse que vai explicar num formato diferente do habitual, mais técnico, a análise que fez e que verificou que em 2014, no lado da receita o grau de execução face ao orçamentado varia e sendo essa variação alta, pergunta como é possível tamanho desvio. Afirma que existe uma habilidosa forma de gestão que embora legal, considera desonesta para com quem viabilizou o orçamento. Passando para a despesa em 2014, verifica também um brutal desvio face ao orçamentado. Em 2015, verifica que a despesa acaba por ser superior á receita. Questiona ainda os valores de equipamentos de informática e software. Acha que tudo isto reforça a ideia que os valores são empolados para que seja depois fácil a sua movimentação entre contas A sua intervenção constará com anexo 9, bem como os diversos panfletos que acompanharam a sua explicação e farão parte integrante da acta.-----

Joana Viera da Silva, do PS, questionou alguns valores do relatório, entre eles o do projecto eCivitas e questionou ainda o porquê da redução no valor das transferências do Município. Em relação às despesas quer saber o porquê da Junta não ter apoiado nenhuma festa das Escolas e infantários, conforme previsto. A sua intervenção constará com anexo 10 e fará parte integrante da acta. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, disse que valoriza as obras realizadas no alargamento e calcetamento das ruas em Beiriz e Argivai e as obras de manutenção e pintura dos cemitérios dessas localidades e considera positivo o trabalho do Gus, no encaminhamento dos casos registados, mas que considera chocante o contraste com o pequeno número de casos resolvidos. Continua a achar uma vergonha que a Junta ainda não tenha sido capaz de criar um lar de idosos, um centro de dia e não tenha serviço de apoio domiciliário, diz ser imperdoável que continuem a haver escolas sem condições mínimas e diz que a receita apresentada é receita corrente e o relatório é de uma junta que está prisioneira de preconceitos ideológicos. Diz ainda que concorda com os apoios a eventos religiosos, mas que não concorda com as obras na residência paroquial e com a colocação de um portão eléctrico na garagem da mesma. Diz que são apoios que não se devem repetir. A sua intervenção constará como anexo 11 e fará parte integrante da acta. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, disse que dá os parabéns por encontrarem aquilo que ele não encontra. Sempre conseguiu analisar as contas e desta vez, fizeram alterações aos códigos e ele não consegue conciliar. Vota contra por três factores. O relatório de 2014 não foi aprovado e nada se fez para tentar a sua aprovação posterior, o relatório de 2015 volta a ser um abuso e tem falta de coerência em dinheiros gastos, gasta-se para ser popular e é preciso ser exigente e rigoroso em dinheiros públicos e porque tem em seu poder um cheque de senha de assembleia que não pode levantar, porque demorou muito a fazê-lo e como se alterou o tesoureiro do executivo, o cheque já não tem validade, mas o valor consta da declaração de IRS que recebeu. Apresentou uma proposta para que se faça uma comissão representada por um elemento de todos os grupos parlamentares, para procederem a um inquérito às contas de gerência de 2014 e 2015. A sua intervenção e a proposta constarão como anexo 12 e farão parte integrante da acta. -----

Nuno Miguel Bastardo Roldão, apresentou cumprimentos e disse que focando a execução financeira nas rubricas equipamentos de informática e software informático, pergunta o que originou um tão grande desvio nas contas. Diz ainda que todo o dinheiro gasto ainda não resultou ter uma página de internet devidamente actualizada, quando existem páginas com informação útil e a custos baixos. Não vê o que ganhou a União de Freguesias com a WebSys Consulting a quem tanto se pagou e que agora até tem uma famosa acção judicial contra a junta de freguesia. A sua intervenção constará como anexo 13 e fará parte integrante da acta. -----

José Ricardo Santos Batista da Silva, disse ao ler este relatório pensa nas palavras de um escritor de ficção científica que disse que “o futuro já não é o que era”. E que como na ficção científica, os Orçamentos previsionais e planos de actividades têm redundado em relatórios de contas longe da realidade. Cita vários valores com desvios das previsões e diz que lá se foram as previsões orçamentais efectuadas. Pergunta quem autorizou esta forma de gestão e que não é possível votar a favor dum orçamento e plano de actividades e depois votar

a favor dum relatório que em nada espelha o que foi aprovado, e sem que para os factos alterados exista qualquer explicação. Diz que vota contra Orçamentos e Relatórios Ficcionalis e contra a utilização de subterfúgios para fugir á soberania do voto em assembleia. A sua intervenção constará, como anexo14 e fará parte integrante da acta. -----

Jonhny Roberto de Sousa da Silva, do PS, disse que regista com agrado o facto de ter sido entregue aos deputados da assembleia a acta de aprovação do relatório em causa. Disse ainda que numa análise exaustiva e depois da comparação com o respectivo orçamento, analisaram de ponto de vista técnico, politico e legal. Afirma que o documento é resumido, de difícil leitura e compreensão e com falta de informação. Diz que a Junta devia ter um papel mais activo na Freguesia da Póvoa, no que diz respeito a arruamentos e gestão de equipamentos públicos e que devia defender junto do município algumas competências nessa área e que não considera a execução do Plano de actividades um sucesso porque entre previsões e execuções existe uma notável diferença. Disse ainda que verifica dificuldade no executivo em controlar a despesa corrente de forma a libertar verbas para o investimento. Pergunta ainda se a Junta pode inscrever e usar o saldo que foi anteriormente reprovado nesta assembleia e diz que o mesmo saldo de gerência só poderia ser inscrito através de Revisão orçamental o que carece de intervenção do órgão deliberativo. Apresentou uma declaração de voto explicando as principais razões já descritas para o voto contra dos deputados do partido socialista. A sua intervenção constará, assim como a declaração de voto, como anexo15 e fará parte integrante da acta. -----

Hamilton Manuel Lopes Ribeiro, do PSD, em jeito de esclarecimento informa que por ter as mesmas duvidas já apresentadas, referente á não aprovação do relatório em 2014, ligou ao Tribunal de Contas e que lhe disseram que o Relatório é aprovado pelo executivo e vai ao conhecimento da assembleia, não tendo de ser aí aprovado para produzir efeitos. -----

Daniel Bernardo, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no uso da palavra, esclareceu que desde que as senhas de presença da assembleia sejam postas á disposição, estão automaticamente na declaração para Irs, porque ninguém adivinha se vão ser levantadas na altura devida ou mais tarde. Informou ainda, que se o cheque não está válido, pode ser substituído. Quanto a solicitar competências ao Município disse não acreditar muito em competências delegadas e que as mesmas teriam de ser acompanhadas de meios financeiros para as realizar. Informou ainda que tem em seu poder dois pareceres da Anafre e da Dgal, que poderá fazer chegar a quem solicitar e que afirmam que o Executivo aprova o relatório e a assembleia apenas e só tem de ter conhecimento da mesma aprovação. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aceitação a Proposta de Rogério do Poço. -----

A proposta foi aceite por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aprovação a proposta de Rogério do Poço. -----

A proposta foi rejeitada com 9 votas contra, 2 abstenções e 8 votos a favor. ----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2015. -----

O Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2015, não foi aprovado por maioria com 7 votos a favor e 12 votos contra. -----

5º - O Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai informou que o Quadro de Pessoal, anteriormente aprovado tem 5 vagas que se pretendem preencher com pessoal que não tem vínculo regularizado ou está em prestação de serviços. Informa ainda que as vagas decorrem de 4 reformas e 1 saída. -----

Sónia Maria Santos de Araújo, do PSD, disse que tinha algumas reticências que queria partilhar. Acha que é um numero significativo de funcionários que se pretende incluir e que resulta numa grande soma de verbas que se irão retirar de outras iniciativas. Disse ainda que se por um lado, temos de regularizar situações, por outro temos várias limitações orçamentais. -----

José Ricardo Santos Batista da Silva, apresentou uma declaração de voto e disse que uma vez que é aberto um concurso publico, é aberto a todos e podem não ser regularizadas as situações pendentes e que uma vez que nem os relatórios de contas esta Junta tem capacidade de aprovar nesta assembleia, não considera esta Junta capaz de gerir uma abertura de procedimento concursal nem de gerir esse processo. A sua declaração de voto constará como anexo 16 e fará parte integrante da acta. -----

António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, disse que ouvindo a Sónia Araújo e em coerência com o Plano de actividades vai votar contra e apresenta uma proposta. Uma vez que não é sua intenção prejudicar o bom funcionamento da Junta mas achando que não é o momento ideal para aprovar alterações ao quadro de pessoal, apenas de devem aprovar contratos de pessoal até dezembro de 2017 e nada mais. A sua proposta constará como anexo 17 e fará parte integrante da acta. -----

Joaquim Oliveira Carvalho, do PSD, apresentou cumprimentos e disse que este ponto lhe traz alguma preocupação e pensa que devia ser apresentado caso a caso para ser decidido e pede ao presidente para ponderar. -----

Joana Viera da Silva, do PS, apresentou declaração de voto, que constará como anexo 18 e fará parte integrante da acta, e disse que as Entidades Públicas devem dar o exemplo e usar de transparência. Tendo em conta que esta Junta é suportada por uma frágil coligação, a credibilização faz-se no dia a dia através de medidas, como esta que está a ser apresentada. Entendem ser imperativo o terminar com situações menos claras, dando estabilidade e melhores condições aos funcionários e não aumentando as despesas com pessoal. É proposto a abertura de um procedimento concursal, que votam a favor, pelos motivos já referidos e pela luta contra a precaridade laboral. -----

Igor Alberto Brandão C. S. Oliveira, analisando a proposta de contratação de pessoal diz que na realidade não faltam trabalhadores porque senão tinham diligenciado esforços nesse sentido logo na altura das reformas. Diz não ter havido qualquer registo de estágios profissionais nem programas ocupacionais, quando saíram as reformas. O executivo tem optado por trabalhadores subsidiados pelo apoio ao emprego, então porque não continuar assim. Será que há mais trabalho? Duvida, porque não vê refletido o aumento de trabalho nem na receita nem nas despesas. Chama a atenção para estas 3 juntas reunidas, serem das únicas que não se candidataram a ter um gabinete de inserção profissional e que permitiria ter a custo zero três profissionais licenciados, pagos pelo IEFP. Diz ainda que a agregação das freguesias tinha por objectivo reduzir custos e que não vê razão para solidificar no betão dos contratos por tempo indeterminado, um projecto de União que ruirá ao primeiro sopro. A sua intervenção constará como anexo 19 e fará parte integrante da acta. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, disse que tem vontade que o executivo veja as reais necessidades e espera que o concurso seja transparente, limpo e todos possam concorrer em pé de igualdade e que se consiga que esses contratos permitam um melhor e mais tranquilo futuro aos trabalhadores. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aceitação a Proposta de Rogério do Poço. A proposta foi aceite por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aprovação a proposta de Rogério do Poço. A proposta foi reprovada por maioria, com 1 voto a favor. -----

O Presidente da Assembleia, colocou em votação para Aprovação a Proposta de Recrutamento Excepcional por Procedimento Concursal Comum. A proposta foi reprovada com 11 votas contra, 1 abstenção e 7 a favor. -----

**6º-** António Rogério Martins do Poço, do CDS-PP, disse que coerente com a proposta que é apresentada e já conhecedor da redução de gastos com melhoria de funções, apresenta uma proposta em que acha que se deve aprovar, mas o contrato terá duração até dezembro de 2017. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aceitação a Proposta de Rogério do Poço. -----

A proposta foi aceite por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aprovação a proposta de Rogério do Poço. -----

A proposta foi reprovada com 9 votas contra, 7 abstenção e 3 a favor. -----

A proposta constará como anexo 20 e fará parte integrante da acta. -----

Nuno Roldão, Rosa Vilaça, Igor Oliveira e José Ricardo Silva, apresentaram uma declaração de voto, que constará como anexo 21 e fará parte integrante da acta, expressando total discordância na forma como a aprovação de um novo contrato de aluguer foi apresentada, tendo sido informada a assembleia que o contrato já era efectivo e a sua não aceitação seria da responsabilidade da assembleia, podendo implicar custos elevados, pelo que consideram desleal e incorrecta esta forma de apresentação. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aprovação. -----

O Contrato de Aluguer Operacional da Impressora foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor, 9 abstenções e 2 votos contra. -----

**7º-** O Presidente do Executivo, Daniel Bernardo propôs para novo vogal do Executivo, com apoio ao Pelouro do Desporto e apoio a assuntos relacionados com Argivai, Francisco José Maio Ribeiro, do CDS-PP. -----

O Presidente da Assembleia, Manuel Milhazes, colocou em votação para Aprovação. Procedeu-se a eleição por voto secreto. Os elementos da mesa, fizeram a contagem dos votos. -----

Foi reprovada a proposta com 4 votos a favor, 11 votos contra e 4 votos em branco. -----

Francisco José Maio Ribeiro, do CDS-PP, pediu para intervir e disse que ali não foi reprovado o seu nome, não esteve a sua pessoa em causa, mas que em politica vale tudo e que apesar do seu nome ter sido reprovado em 2 votações, mantém a mesma postura. Afirmou que nesta assembleia não existe ninguém, com mais ou igual capacidade que ele para desempenhar o lugar em causa. Disse servir a freguesia desde 1976 e que agora, achou que poderia dar um contributo válido, mas que assim não o entenderam. Acha que hoje assistiu a

uma assembleia correcta e em que se discutiram assuntos pertinentes, com todo o respeito e democracia. Disse que por ele falam a sua pessoa, o seu currículo e a sua experiência, nas funções que iria desempenhar. Não iria ser o lambe botas ou o engraxa presidentes, mas iria desempenhar o seu lugar com isenção. Pensou que hoje seria eleito, mas não foi e considera que quem ficou a perder foi a União das Freguesias e os seus utentes, mas apesar de não ter sido eleito, não ficou zangado e continua a respeitar todos, mas fica desgostoso e confirma ao Presidente e executivo toda a sua disponibilidade para colaborar sempre que fôr necessário e fôr solicitado. Os votos constarão como anexo 22 e farão parte integrante da acta.-----

**8º-** Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

Ninguém se inscreveu para intervir. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Manuel António da Silva Milhazes, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião quando eram vinte e três horas e cinquenta minutos. -----De tudo para constar, se lavrou a presente acta.-----